

## CONSTITUIÇÃO DE UM CÓRPUS PARA O PORTUGUÊS DE RORAIMA (SÉC. XVIII)

### *COMPOSITION OF A CORPUS FOR THE PORTUGUESE OF RORAIMA (18TH CENTURY)*

Eliabe Procópio (UFS/UFRR)<sup>1</sup>

**Resumo:** Este texto objetiva apresentar a constituição de um corpus histórico para o estudo do português em Roraima. Para tanto discute o conceito de implantação linguística (GRAMLEY, 2012; BARZ, SIEGEL, 1988) para contextualizar o estabelecimento sociolinguístico da língua portuguesa na porção norte da Amazônia; e o de silêncio documental (FARAGE, 1986) para explicar a escassez documental sobre a colonização portuguesa do Rio Branco. Em seguida, apresenta os critérios de seleção textual do corpus, composto pela juntada do processo diplomático da Questão do Pirara, disputa territorial entre Brasil (antes Portugal) e Reino Unido. Os principais critérios são o cronológico (final do século XVIII, quando se constrói o Forte São Joaquim, marco da ocupação portuguesa), o textual (documentos da administração portuguesa, em especial os relatos) e o temático (documentos que façam menção extensiva aos espaços roraimenses de outrora, afinal alguns textos apenas mencionam algo como 'Rio Branco' sem alongar suas descrições). Ainda sobre a composição do corpus, esta pesquisa relata o levantamento documental realizado no Museu Amazônico, onde está conservado o patrimônio documental do projeto Resgate/COLUSO, e aponta outros arquivos. Por último, a conclusão deste texto enfatiza a defesa de criação (ou fortalecimento) de uma filologia amazônica, cujos propósitos são coletar material textual (levantamento e tratamento de fontes primárias) e descrever a implantação do português na Amazônia brasileira, que se caracteriza pela gestão pombalina e o contato mais efetivo entre a língua portuguesa e as línguas europeias e ameríndias.

**Palavras-chave:** Português de Roraima. Corpus. História da língua.

**Abstract:** This present paper presents the composition of a historical corpus for the study of the Portuguese spoken in the Brazilian northernmost state of Roraima. To this end, it discusses the concept of linguistic transplantation (GRAMLEY, 2012; BARZ, BARZ, SIEGEL, 1988) to contextualize the sociolinguistic establishment of the Portuguese language in the northern portion of the Amazon; and that of documental silence (FARAGE, 1986) to explain the shortage of documents about the Portuguese colonization of Rio Branco. Then, it presents the textual selection criteria for the corpus, centered on the diplomatic incident dubbed 'The Pirara Question', a territorial dispute between Portugal (later, post-independence Brazil) and the United Kingdom. The main criteria are chronological (late eighteenth century, when Fort São Joaquim was built, a landmark of the Portuguese occupation), textual (Portuguese administration documents, especially reports) and thematic (documents that make extensive mention of place names in present-day Roraima, as the region had not yet been named as such, and some texts only mention something like "Rio Branco" with no further details). Still on the composition of the corpus, this research reports the documentary survey undertaken at the Amazon Museum, where the documentary heritage of the Resgate/COLUSO project is preserved, and points to other files. The concluding

---

<sup>1</sup> Doutor em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista 'Júlio de Mesquita Filho' (UNESP-Araraquara). Professor do Departamento de Letras Vernáculas e do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe (UFS), e do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Roraima (UFRR). E-mail: eliabeprocopio@yahoo.com.br.

session advocates for the creation (or strengthening) of an Amazonian Philology, the purpose of which is to collect textual material (survey and treatment of primary sources) and describe the transplantation of Portuguese in the Brazilian Amazon, which is characterized by the Marquis of Pombal administration, and a most effective contact between Portuguese and European and Amerindian languages.

**Keywords:** Portuguese from Roraima. Corpus. History of Language.

## Introdução

A descrição do português amazônico é um tema necessário e urgente para a linguística brasileira, principalmente numa perspectiva histórica para se conhecer o processo de implantação do português na região e os seus impactos. Essa descrição deve ser feita considerando as etapas colonizatórias, afinal há um alinhamento entre a ocupação territorial e a implantação da língua portuguesa, e os consequentes contatos e conflitos com outras línguas europeias e indígenas.

Este artigo objetiva apresentar a constituição de um corpúsculo histórico que possibilite o estudo da implantação da língua portuguesa em Roraima, no século XVIII, momento em que tem início a efetiva colonização dessa porção norte amazônica. Para tanto, discute o conceito de transplante linguístico (1ª seção), o que não ocorreu de modo imediato e impositivo em outras zonas coloniais do Brasil; e defende uma filologia amazônica (2ª seção) como uma ramificação dos estudos filológicos brasileiros para atender às especificidades ecdóticas regionais.

## 1 Colonização e transplante da língua portuguesa em Roraima

A ocupação e a implantação da língua portuguesa no Norte amazônico coincidem porque o tipo de colonização aplicada pelos portugueses implicava não só o domínio territorial, mas também o linguístico e o discursivo: desde a nomeação das coisas da colônia com a língua lusitana, até a obrigação ampla de se falar a língua do príncipe.

A implantação da língua portuguesa no espaço roraimense começa efetivamente no século XVIII e acompanha o processo de ocupação territorial. À medida que o colonizador português se projeta espacialmente, sua língua também vai se instalando nas mais diversas esferas sociais. O transplante linguístico consiste na introdução (ou a exportação, numa perspectiva fornecedora do colonizador) de uma língua em um espaço geográfico diferente de sua constituição histórica; é um processo sociolinguístico que deriva da migração (emigração ou imigração) ou imposição (GRAMLEY, 2012, p. 164).

A cronologia da ocupação roraimense tem três momentos importantes, são eles:

- a hipotética indicação do Rio Branco nas crônicas da expedição do militar português Pedro Teixeira (1637 a 1639) – existe a crença de que o Rio Branco foi descoberto por essa expedição, o que é uma ilusão da retórica da diplomacia brasileira, afinal não há registro de que a expedição portuguesa ou parte dela entrou no Rio Branco, diz Farage (1986);
- o início tímido da ocupação portuguesa no século XVIII, momento em que se multiplicam os relatos de prospecção escritos por militares e viajantes – Farage (1986, p. 56) afirma que “os documentos relativos ao Branco datam já do século XVIII, tornando-se mais fartos a partir dos anos 30”; e
- a construção do Forte São Joaquim (1775), que marca tanto a ocupação quanto a defesa de um território disputado por portugueses, espanhóis e ingleses, e que assume um protagonismo na

documentação portuguesa, visto que servia de referências para as expedições oficiais nacionais e estrangeiras.

Esses marcos históricos mostram que foi progressivo o transplante linguístico em Roraima. A cada incursão, a língua portuguesa ia ocupando mais espaços como língua do colonizador com os nativos, língua franca com os estrangeiros europeus, língua administrativa, língua das narrativas etc. A cada incursão, aumentavam-se o conhecimento e o domínio sobre o território, o que se reflete na produção documental.

O transplante linguístico tem dois cursos: a língua implantada pode se enraizar e perdurar ou desenvolver diferenças entre a língua transplantada e a original. Nesse contexto, pode existir uma língua colonial, aquela que sobrevive na colônia, e a língua de imigrante, aquela que é falada apenas por uma pequena parcela da população socialmente dominada, não cria raízes e sobrevive por um curto período (BARZ, SIEGEL, 1988, p. 5-6).

Em Roraima, o português assume a função de língua colonial frente às outras línguas europeias, já que no período pombalino, a posse territorial implicava obrigatoriamente a difusão da língua lusitana; e frente às línguas nativas, que estavam em desvantagem política, cultural, financeira e bélica. Essa foi uma competição injusta porque:

desde o século XVI, a língua portuguesa já tinha uma proteção normativa, reforçada por mecanismos políticos (leis), acadêmico-literários (gramáticas, dicionários, manuais de ortografia e literatura), e institucional (academias e agremiações literárias), o que no lado indígena, por exemplo, era nulo, colocando as línguas nativas em desvantagem.” (PROCÓPIO, 2022, p. 15-16)

## 2 O corpúsculo histórico do português em Roraima

O empreendimento científico de historiar o português falado em Roraima implica estabelecer um corpúsculo que represente a implantação dessa variedade linguística. Com isso alguns critérios são necessários, como: **(1)** o cronológico, que é o século XVIII, o período colonial; **(2)** o textual, que é a documentação administrativa e os relatos pessoais feitos em função do estado colônia; e **(3)** o temático, que é a menção ao Rio Branco, o Forte São Joaquim, algumas das localidades, como Santa Maria do Boiaçu e outras.

Um desafio para esse empreendimento é a escassez de fontes primárias, uma vez que pouco se escreveu sobre as inúmeras incursões exploratórias e sanguinolentas, das quais resultaram a dizimação de diversos povos nativos; pouco também se escreveu sobre essa ocupação inicial, afinal esse era um espaço disputado por três grandes impérios, Portugal, Espanha e Reino Unido. Essa escassez documental é o que Farage (1986) chama de silêncio documental.

Um levantamento documental indica a existência de diversos relatos de viajantes leigos ou especialistas (geógrafos, militares, botânicos etc.) nacionais e estrangeiros que estiveram ou passaram pelo espaço roraimense e registraram em suas narrativas: topônimos indígenas e portugueses, e a competição entre eles; termos das práticas coloniais e indígenas quanto à alimentação, aos hábitos culturais, aos instrumentos de caça, pesca, trabalho e defesa, à flora, à fauna e à geografia; situações do contato linguístico entre o falante de português e os de línguas indígenas ou europeias; dentre outras questões.

Esse tipo de literatura de viagem oferece informações históricas, geográficas, sociais, censitárias, climatológicas, constituindo-se verdadeiros inventários lexicais, tanto de língua portuguesa quanto dos indigenismos presentes no português.

Ainda esse levantamento documental preliminar sobre o espaço roraimense identifica 7 textos, produzidos majoritariamente no final século XVIII e usados pelo governo nacional como prova da posse brasileiro na disputa do Pirara.

## 2.1 Questão do Pirara

É uma disputa territorial entre Reino Unido e Portugal (depois Brasil), que surge no começo do século XIX e tem sua conclusão apenas em 1904, quando os países envolvidos submetem a contenda diplomática à arbitragem do monarca italiano Vitor Emanuel III. Em seu laudo arbitral, o rei italiano concede a maior parte do território disputado para a Inglaterra (19.630 km<sup>2</sup>), o que hoje corresponde ao sudoeste da República Cooperativa da Guiana (antiga Guiana Inglesa).

Arbitragem é um processo semijudicial previsto dentro do Direito Internacional Público, é uma prática que remonta à Antiguidade e tem por função resolver conflitos internacionais. Os sujeitos internacionais estabelecem um juiz *ad hoc* para o qual eles apresentam seu pleito e as devidas provas. Ao fim do processo, o árbitro emite uma sentença com sua decisão (MAZZUOLI, 2007).

Na Questão do Pirara, os países envolvidos anexaram como prova documentos históricos que pudessem atestar a presença mais antiga no território disputado. No lado inglês, foram usados os relatos da expedição Schomburgk e os da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, com a alegação de que “as terras herdadas dos holandeses iriam até onde se estendiam suas alianças com os índios” (OLIVEIRA, MAGALHÃES, 2008, p. 113). No lado brasileiro, foram usados os relatos de prospecção produzidos por militares luso/brasileiros. São eles:

1. Auto de inquirição de testemunhas para justificação da posse e domínio do Rio Branco pela Coroa de Portugal – 1775 e disponível na Biblioteca Digital Luso-Brasileira (24 folhas);<sup>2</sup>
2. Relação Geographica Histórica do Rio Branco da América Portuguesa – 1777 e está disponível na RIHGB, tomo 13, 1850 (72 folhas);
3. Descrição Relativa ao Rio Branco e Seu Território – é um relato de 1787, escrito pelo português Manuel da Gama Lobo D'Almada, a versão impressa está disponível na RIHGB, no tomo 24, 1861 (67 folhas);
4. Breve diário ou memória do Rio Branco e de outros que nele desaguam, consequente a diligência e mapa que deste rio se fez – 1781, a versão manuscrita está disponível na Biblioteca Nacional (13 folhas);
5. Documentos acerca do Rio Branco – códice de 285 folhas, que reúne diversos documentos sobre viagens ao Rio Branco e à Capitania do Rio Negro, escritos entre os anos de 1781-1843; a versão manuscrita está disponível na Biblioteca Nacional;
6. Diário da viagem que fez à colônia holandesa de Suriname – 1799, a versão manuscrita está disponível na Biblioteca Nacional e a impressa na RIHGB, no tomo 1º, 1846 (152 folhas); e
7. Diário do Rio Branco – 1786 e disponível na Biblioteca Nacional (16 folhas)

## 2.2 Outras fontes documentais

No Museu Amazônico<sup>3</sup>, vinculado à Universidade Federal do Amazonas, encontra-se o material coletado pelo ‘Projeto Resgate’ - parceria entre instituições brasileiras e portuguesas para

<sup>2</sup> Editado e descrito no nível lexical por mim, em estágio pós-doutoral realizado no PPGL-UFS.

<sup>3</sup> Nesse Museu, encontra-se também parte do arquivo da ‘Firma J.G. Araújo’, empresa do português Joaquim Gonçalves de Araújo, que comercializava produtos amazônicos (borracha, castanha, minerais etc.) e abastecia o comércio regional de ferramentas, tecidos e outros produtos. A Firma atuava ainda na armazenagem e transporte de valores (banco informal), e na remessa de missivas, objetos e documentos. Em visita técnica, financiada pelo PPGL-

identificar, escanear e disponibilizar documentos sobre o Brasil colonial conservados em arquivos lusitanas. Apesar de ser volumoso esse material documental, há pouca referência sobre o espaço roraimense. Destacam-se dois livros (códices!) que agrupam imagens de correspondências entre os comandantes de fronteira, que datam de 1787 a 1788. Os livros são AHU016 e AHU018, nos quais constam estes documentos:

8. Carta de João Pereira Caldas para o ministro Martinho de Mello e Castro, em que comunica das demarcações e explorações do Rio Branco e dos seus afluentes, que estavam a cargo do coronel Manoel da Gama Lobo d'Almada (5 folhas), 25 de abril de 1788;
9. Carta de João Pereira Caldas ao ministro Martinho de Mello e Castro, em que comunica dos trabalhos do coronel Manoel da Gama Lobo d'Almada que fazia exploração e reconhecimento dos rios Surumú e Rupununi. (2 folhas), 25 de abril de 1788;
10. Carta de João Pereira Caldas para o coronel Manoel da Gama Lobo d'Almada, em que delega ao coronel a função de reconhecer o rio Anauá (2 folhas), 28 de julho de 1788;
11. Carta do coronel Manoel da Gama Lobo d'Almada para João Pereira Caldas, em que comunica da exploração e reconhecimento dos rios Sereveni e Caratirimani (2 folhas), 16 de julho de 1788;
12. Carta de João Pereira Caldas para o coronel Manoel da Gama Lobo d'Almada, que comunica da exploração e reconhecimento dos rios Sereveni e Caratirimani (2 folhas), 28 de julho de 1787;
13. Carta de João Pereira Caldas para o ministro Martinho de Mello e Castro, em que comunica de correspondência enviada anteriormente e do reconhecimento dos rios Sereveni, Anauá e Caratirimani (2 folhas), 25 de abril de 1788;
14. Relatório do coronel Manoel da Gama Lobo d'Almada sobre o reconhecimento do rio Anauá (4 folhas), 22 de agosto de 1787;
15. Relatório do coronel Manoel da Gama Lobo d'Almada, em que consta a lista das pessoas encarregadas do reconhecimento dos rios Caratinimani e Severini (6 folhas), 29 de agosto de 1787;
16. Carta de João Pereira Caldas para coronel Manoel da Gama Lobo d'Almada, em que certifica ter recebido relatórios das diligências do Rio Branco (1 folha), 4 de outubro de 1787;
17. Carta de João Pereira Caldas ao ministro Martinho de Mello e Castro, em que informa das ocorrências na região do Rio Branco e do envio de amostras de produtos naturais dessa região (3 folhas), 26 de abril de 1788;
18. Carta do capitão João Bernardes Borrvalho, comandante do Forte São Joaquim, a João Pereira Caldas, em que informa das roças de mandioca de Villas (5 folhas), 29 de maio de 1787;
19. Carta de João Pereira Caldas para o capitão João Bernardes Borrvalho, comandante do Forte São Joaquim, em que informa de ter recebido 2 cartas anteriores (4 folhas), 5 de julho de 1787;
20. Carta do diretor da povoação de Nossa Senhora do Carmo, no Rio Branco, para João Pereira Caldas, em que informa da visita de um principal do Mato (Anuaquigu), da Nação Paraúna, do rio Cutrimani (3 folhas), 26 de junho de 1787;
21. Resposta de João Pereira Caldas para o diretor da povoação de Nossa Senhora do Carmo, em que informa ter recebido carta de 26 de junho de 1787 (1 folha), 5 de julho de 1787;
22. Carta do capitão comandante da Fronteira do Rio Branco para João Pereira Caldas, em que trata do principal do Mato da Nação Paraúna (2 folhas), 1º de julho de 1787;

---

UFRR, prof. Dr. Fabricio Mota e eu fotografamos o material referente a Roraima (Território do Rio Branco e Boa Vista), que está sendo editado e disponibilizado oportunamente. Agradeço também a presteza dos funcionários do Museu, em especial Andressa Hiromi Yamamoto e Miqueias Melo do Nascimento.

23. Conjunto de 16 cartas trocadas entre os comandantes de Fronteira e João Pereira Caldas, em que se trata de assuntos variados da Fortaleza de São Joaquim e povoados anexos (37 folhas), 18 de julho de 1787.

Uma característica da constituição deste *cópus* é a cronologia documental, todos eles foram produzidos entre 1775 e 1799, período de grande funcionalidade do Forte São Joaquim.

Outro gênero textual muito produzido por esse período são os mapas<sup>4</sup>, porém eles não integram esse *cópus* histórico, apesar de sua importância para a pesquisa toponímica. Oportunamente eles serão acionados para dirimir a dúvida sobre a grafia de algum topônimo.

### 3 Por uma filologia amazônica

A constituição desse *cópus* histórico fundamenta-se na defesa de uma filologia amazônica, cujos propósitos são coletar material textual e descrever o processo de implantação do português na Amazônia brasileira: uma filologia preocupada com a cultura linguística regional, a exemplo de outras filologias, como a bandeirante (COHEN *et al.*, 1997).

O primeiro propósito (coletar) implica a identificação e o tratamento de fontes documentais. Este texto versa apenas sobre dois arquivos, a Biblioteca Nacional e o Museu Amazônico, porém existem muitos outros espaços de conservação documental em Roraima, como o arquivo do Tribunal de Justiça, da Universidade Federal<sup>5</sup>, Prelazia e outros – inclusive, deve-se considerar que existem muitos textos sobre a Amazônia escritos em língua estrangeira, logo poderá existir material bibliográfico inédito fora do Brasil. O tratamento de fontes consiste na higienização de material, captação e disponibilização de imagens, elaboração de guias de fontes, transcrição paleográfica etc., um processo demorado e uma tarefa multidisciplinar.

O segundo propósito (descrever) implica caracterizar uma língua portuguesa que foi implantada de forma tardia e em condições sócio-históricas diferentes da instalação lusitana no litoral brasileiro. É uma língua que surge de contatos com outros idiomas europeus e principalmente ameríndios, que foram silenciados pela política pombalina. E em consequência disso, pouco (ou quase nada) material léxico das línguas indígenas locais foi incorporado ao português local, como assevera Procópio e Silva, (2022), o que contraria um dos paradigmas linguísticos dos contatos – o léxico é o primeiro setor da língua a ser afetado pelo contato linguístico prolongado.

Uma língua implantada e registrada num contexto de contatos exige uma filologia também de contatos, que saiba lidar com textos escritos em língua estrangeira cuja temática é o Brasil amazônico. Um exemplo dessa exigência é o estudo histórico do léxico que deve considerar os relatos escritos por estrangeiros, como é o caso de Henri Coudreau (1886)<sup>6</sup>, em cuja narrativa registra ‘banho’, sinônimo amazônico de balneário, como *cuít*: tradução do autor com base no verbo *cuire* (cozinhar), por uma possível associação semântica ao processo de ficar muito tempo dentro da água, ‘ficar de molho ~ em banho-maria’.

Além de incluir em seu escopo os relatos escritos em outras línguas europeias, essa filologia amazônica deverá ampliar sua agenda ecdótica incluindo a tradução dessas narrativas, com propósito de aproximar o texto estrangeiro do pesquisador nacional e dos brasileiros também. O

<sup>4</sup> Fonseca (2015) apresenta uma lista interessante desses mapas da região amazônica que compreende também as Guianas. DOI: <https://doi.org/10.18817/ot.v12i20.487>.

<sup>5</sup> A UFRR tem o arquivo administrativo e o Núcleo de Documentação Histórica (NUDOCHIS). Neste último, existe uma coleção do Jornal Folha de Boa Vista (década de 80 e 90).

<sup>6</sup> COUDREAU, Henri A. *Voyage au Rio Branco, aux Montagnes de la Lune, au Haut Trombetta* (mai 1884 - avril 1885). Rouen: Imprimerie Esperance Cagniard, 1886.

indicativo de incluir a tradução na pesquisa filológica brasileira (para não dizer: colonial!) é um argumento presente em Procópio (2012), pesquisa dedicada à edição de textos sobre o Brasil, escritos em espanhol e conservados em arquivos espanhóis (Arquivo Histórico Nacional, Madri e Arquivo Geral de Índias, Sevilha).

Um exemplo desse trabalho filológico, apesar de não se apresentar como tal, são os empreendimentos tradutológicos do professor Doutor Hélio Rodrigues da Rocha, da Universidade Federal de Rondônia, que tem se dedicado à tradução de relatos ingleses para a língua portuguesa.

Em um escopo amplo dessa filologia amazônica, é possível estabelecer um paralelo entre a produtividade (e popularização) da pesquisa sociolinguística no continente americano com o labor filológico com base em Kato e Roberts (1993, p. 14), segundo os quais “é a vocação do colonizado, em busca da identidade linguística própria. Mas mexer com a identidade é mexer com a história. Quer-se saber como tal identidade foi adquirida.”. A filologia amazônica deve buscar não o texto perfeito e ideal, numa perspectiva lachmaniana. Mas alinhando-se à linguística histórica, deve buscar e tratar textos que possibilitem descrever e historiar a implantação da língua portuguesa na Amazônia brasileira, e com isso mostrar a identidade linguístico-gramatical do português amazônico.

A defesa de uma filologia amazônica se sustenta nas diferenças históricas da implantação da língua portuguesa no Brasil, mais ou menos sincronizada com a progressiva ocupação territorial. A defesa de uma filologia amazônica converge na defesa de uma nova história do português brasileiro, aquela que rechaça uma história única e oficial da instalação do português no Brasil e considera haver histórias dessa implantação, afinal, como diz Procópio (2022, p. 21):

a história do português brasileiro deve ser contada para além dos limites cronológicos e geográficos dos manuais de história da língua portuguesa, que quase sempre se restringem a falar da chegada dessa língua ao Brasil, mais especificamente ao litoral. Essa nova história deve contemplar a configuração de cada agrupamento social, a implantação irregular dessa língua estrangeira em solo nacional e os testemunhos linguísticos da colonização, que são evidenciados pelas fontes documentais.

Para não parecer que essa nomenclatura é um neologismo proposto por este texto, cabe indicar que o termo ‘filologia amazônica’ aparece em outros trabalhos, porém sem uma defesa consciente e detalhada do seu objeto de pesquisa. São os casos de Megale e Cambraia (1999), que citam projetos de edição crítica de textos amazônicos, e Silva (2018), que noticia com muita brevidade a edição de manuscritos do Tribunal de Justiça do Acre, e para tanto usa essa terminologia.

## Conclusão

A constituição de um corpúsculo para descrição histórica do português implantado em Roraima é um desafio porque inaugura uma linha de pesquisa ainda rara na região Norte<sup>7</sup> e envolve uma perspectiva multidisciplinar que é inerente ao estudo histórico.

Neste momento, o foco tem sido a identificação de um grupo de textos representativos da implantação da língua portuguesa na porção norte amazônica, conseqüentemente a transcrição e a formação de pessoal em paleografia. Em etapas posteriores, é interessante a disponibilização desse material textual para propiciar o estudo dele por outros pesquisadores. É interessante também a

---

<sup>7</sup> Uma referência são as pesquisas desenvolvidas pela profa. Dra. Grace dos Anjos Freire Bandeira e seus orientandos, na Universidade Federal do Amazonas.

ampliação da proposta para outras sincronias a fim de conhecer melhor essa variedade linguística e contrastar os dados, inclusive, com os de outros estados.

O desenvolvimento deste projeto tem possibilitado a integração e o desenvolvimento de projetos em rede (PHPB e ALIB, por exemplo) e interinstitucional, como a oferta compartilhada de cursos e disciplinas de pós-graduação em Linguística Histórica, Sociolinguística, Contato Linguístico etc.

O estudo linguístico do *Cópus* tem se concentrado no nível lexical e toponímico. Como não havia uma população lusoparlante local, não é possível estabelecer a hipótese de constituição de um português também local e com marcas gramaticais próprias, inclusive porque os indígenas não tinham acesso à escrita para expressar seu português de contato.

O surgimento (ou o fortalecimento) de uma filologia amazônica ratifica a necessidade de se ter uma filologia cada vez mais atinente às demandas nacionais e alinhada à Linguística Histórica, afinal ambas adotam um viés histórico para descrever língua, na materialidade do texto ou no estudo das mudanças (MAIA, 2012).

Essa filologia amazônica não busca o texto perfeito, conforme o modelo filológico tradicional (o lachmaniano), mas sim fontes textuais para a pesquisa linguística, recepcionando textos mono- ou plurilíngues, traduzidos ou não, nacionais ou estrangeiros...

Como apêndice estão duas imagens de textos do *Cópus* (um da Biblioteca Digital Luso-Brasileira e outra do Museu Amazônico/UFAM), acompanhadas de suas transcrições na modalidade modernizada.

## Referências Bibliográficas

BARZ, Richard; SIEGEL, Jeff (Eds.). **Language Transplanted: The development of Overseas Hindi**. Wiesbaden: Harrassowitz, 1988.

COHEN *et al.*. Filologia Bandeirante. **Filologia e Linguística Portuguesa**, vol.1, p. 79-94, 1997.

FARAGE, Nadia. **As muralhas dos sertões: os povos indígenas no rio Branco e a colonização**. 1986. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Campinas-SP, Universidade Estadual de Campinas, 1986.

GRAMLEY, Stephan. **The History of English: An Introduction**. London/New York: Routledge, 2012.

KATO, Mary; ROBERTS, Ian. **Português brasileiro: uma viagem diacrônica**. Campinas-SP: Unicamp, 1993.

MAIA, Clarinda. Linguística Histórica e Filologia. In: LOBO, Tânia; CARNEIRO, Zenaide; SOLEDADE, Juliana; ALMEIDA, Ariadne; RIBEIRO, Silvana (Orgs.). **Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias**. Salvador: EDUFBA, 2012, pp. 533-542.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. 2 ed. rev. atual. e amp. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

MEGALE, Heitor; CAMBRAIA, César Nardelli. Filologia portuguesa no Brasil. **DELTA**, v. 15, n. especial, p. 1-22, 1999.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes; MAGALHÃES, Maria das Graças Santos Dias. Questão do Pirara: Roraima. **Textos e Debates**, n. 14, p. 103-117, 2008.

PROCÓPIO, Eliabe dos Santos. Contato linguístico na configuração do português de Roraima (Séc. XVIII). In: RIBEIRO, Celeste Maria da Rocha Ribeiro; SANCHES, Romário Duarte (Orgs.). **Linguística na Amazônia**. Rio Branco-AC: NEPAN, 2022. Vol. 2. p. 11-22.

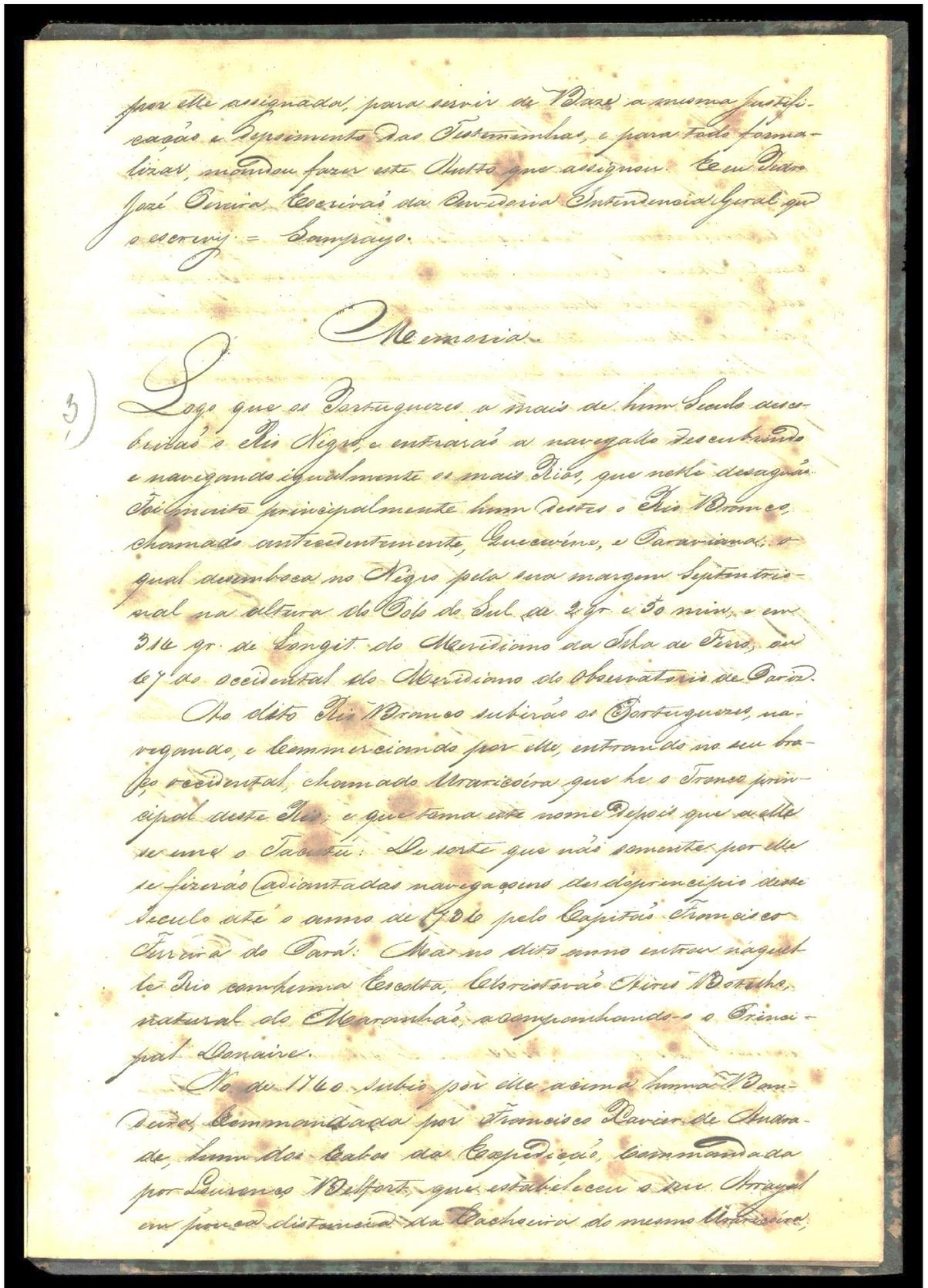
PROCÓPIO, Eliabe dos Santos. **Documentos relativos a Brasil conservados nos Arquivos Espanhóis (1535-1625)**. Curitiba: Appris, 2012.

PROCÓPIO, Eliabe dos Santos *et al.*. Retratos linguísticos de Roraima. In: MONTEIRO, Huarley Mateus do Vale; Isabella Coutinho, COSTA; ARAÚJO, Maria do Socorro Melo. **Letras em fronteiras: olhares sobre a Amazônia**. Boa Vista-RR: Edições UERR, 2023. (no prelo) 24f.

PROCÓPIO, Eliabe dos Santos; SILVA, Everton Oliveira. Neologismos no Português de Roraima. **Muiraquitã: Revista de Letras e Humanidades**, v. 10, n. 2, 2022. <https://doi.org/10.29327/210932.10.2-16>

SILVA, Mário Luís Villarruel da. Filologia Amazônica: uma experiência de edição de manuscritos judiciais em Rio Branco-AC. In: **Cadernos do CNLF**, vol. XXII, nº 02 – Resumos. Rio de Janeiro: CIFEFiL, 2018. p. 50.

Imagem 01 - Auto de inquirição de testemunhas para justificação... (1775)



Fonte: Biblioteca Digital Luso-Brasileira

## TRANSCRIÇÃO DA IMAGEM 01

{f 3} por ele assinada para servir a Base a mesma justificação e depoimento das testemunhas, e para todo formalizar, mandou fazer este Auto que assinou. E eu Pedro José Pereira Escrivão da Ouvidoria Intendência Geral que o escrevi = Sampaio.

## Memoria

Logo que os portugueses a mais de um século descobriram o Rio Negro, e entrarão a navegá-lo descobrindo e navegando igualmente os mais Rios, que nele desaguam Foi muito principalmente um destes o Rio Branco, chamado antecedentemente, Queceuene, e Paraviana, o qual desemboca no Negro pela sua margem Setentrional na altura do Polo Sul de 2 graus e 50 minutos; e em 314 graus de longitude do Meridiano da Ilha de Ferro, ou de 4 do ocidental do Meridiano do observatório de Paris.

No dito Rio Branco, subiram os portugueses, navegando e comerciando por ele, entrando no seu braço ocidental, chamado Uraricoera que é o Franco principal deste Rio, e que toma este nome depois que a ele se fizerão adiantadas navegações desde o princípio deste século até o ano de 1736 pelo Capitão Francisco Ferreira do Pará. Mas no dito ano, entrou naquele Rio com uma escolta, Christovão Aires Botelho, natural do Maranhão, acompanhando-o o Principal Donaire.

No de 1760, subiu por ele acima uma bandeira, comandada por Francisco Xavier de Andrade, um dos cabos da expedição, comandada por Lourenço Belfort, que estabeleceu o seu arraial em pouca distância da cachoeira do mesmo Uraricoera, [...]

Imagem 02 – Carta de João Pereira Caldas (1781, AHU, E018)

23 de julho de 1781

M. Ex. Sr. Senhor

Quero dizer

Comandante Manuel da  
 Serra e os demais do Ilho Curupuru, conforme deixo  
 dito na precedente Carta; Complorando ao mesmo  
 tempo o outro Ilho chamado Curupuru: Toinada  
 da Ilha de S. João, que pela Carta da Copia N.º 1.ª me  
 refiro todo o conteúdo de aquelle Vivandagem; e  
 devendo a firmes semelhantemente presente a S.  
 Ex.ª todos os copias de Inspectores que se firmam do Ma-  
 nuscrito da Carta do firmo do segundo paragrafo da se-  
 crieta Carta como pertencente a S.ª Magestade a  
 os D.ºs. e S.ªs. de S.ª Magestade, e de S.ª Magestade na  
 sua parte inferior em ad.ª superior; ao menor albe-  
 rante que, por arbitrio de S.ª Magestade, propôr a S.  
 Ex.ª a mesma Carta de S.ª Magestade de S.ª Magestade quan-  
 do pertencer a S.ª Magestade, e a S.ª Magestade  
 que dalla se trata, e que igualmente propôr  
 o mesmo de S.ª Magestade, e de S.ª Magestade de  
 suas infantas e S.ª Magestade

Esque de baixo do N.º 2.ª a Copia da mesma  
 Esp.ª, em data de 28 de Setembro de S.ª Magestade;  
 e segue de baixo do numero 3.ª a Copia 30  
 de

Fonte: Museu Amazônico/UFAM

## TRANSCRIÇÃO DA IMAGEM 02

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor

Passando Manoel da Gama ao exame do Rio Rupununi conforme deixo dito na presente Carta e explorando ao mesmo tempo o outro Rio chamado Surumú, foi na data de 16 de julho, que pela Conta da Cópia n. 1, me referiu todo o resultado daquele Reconhecimento. E devendo assim ser semelhantemente presente a Vossa Excelência, tenho só aqui de refletir que exprimindo Manoel da Gama ao fim do segundo parágrafo da sobredita conta como pertencente o Rio Rupununi aos Domínios Holandezes, se deve isto entender na sua parte inferior e não na superior; ao menos até o ponto que, por arbítrio de Divisão propõe a Vossa Excelência na minha Carta de 21 de Julho de 1781, quando participei a consulta da primeira exploração que dali fiz executar, e que igualmente propõe o modo de vigiar se, e precaver-se a introdução de tais confinantes vizinhos.

Segue debaixo do n. 2 a cópia da minha resposta em data de 28 do referido mês de julho; e seguem debaixo dos números 3º e 4º, as copias [...].

Submetido em 23/02/2023

Aceito em 24/08/2023